

ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO: UMA TENTATIVA DE DEFINIÇÃO EPISTEMOLÓGICA

ECONOMÍA POLÍTICA DE LA COMUNICACIÓN: UN INTENTO DE DEFINICIÓN EPISTEMOLÓGICA

POLITICAL ECONOMY OF COMMUNICATION: AN ESSAY OF EPISTEMOLOGICAL DEFINITION.

Alain HERSCOVICI

Doutor em Economia pelas Universidades de Paris I Panthéon-Sorbonne e de Amiens, Coordenador do Grupo de Estudo em Macroeconomia (GREM) e do Grupo de Estudo em Economia da Cultura, da Informação, do Conhecimento e da Comunicação (GEECICC) do Mestrado em Economia da UFES, membro da ULEPICC- Brasil e Professor do Departamento de Economia e do Mestrado em Economia da UFES
Email: alhersco.vix@terra.com.br.

Resumo

Este texto se propõe em desenvolver uma reflexão epistemológica relativo à definição e à construção da Economia Política da Comunicação (EPC). Esta análise será aplicada tanto às Ciências da Informação e da Comunicação quanto à Ciência Econômica, e fornecerá elementos para construir um Programa de Pesquisa Científica (PPC) que tenha coerência interna e que seja adequado para estudar as atividades ligadas à Cultura e à Comunicação.

Em uma primeira parte, estudarei a maneira como a EPC se posiciona no campo da Economia; em uma segunda parte, mostrarei como a EPC pode contribuir para a construção e a consolidação de um PPC no campo das Ciências da Informação e da Comunicação.

Palavras chaves

Epistemologia – Economia Política – Cultura, Informação e Conhecimento - Historicidade.

Resumen

Este texto tiene como objetivo desarrollar una reflexión epistemológica sobre la definición y la construcción de la Economía Política de la Comunicación (EPC). Este análisis se puede aplicar tanto a Ciencias de la Información y Comunicación como a la Ciencia Económica, y proporcionar elementos para construir un programa de Investigación Científica (PIC) que tiene consistencia interna y es adecuado para el estudio de las actividades relacionadas con la cultura y la comunicación.

En una primera parte, se estudiará cómo se posiciona la EPC en el campo de la economía; en una segunda parte, se muestra cómo la EPC puede contribuir a la construcción y consolidación de una PIC en el campo de las Ciencias de la Información y de la Comunicación.

Palabras-llaves:

Epistemología – Economía Política- Cultura, Información y Conocimiento- Historicidade

Abstract

This text aims to develop an epistemological reflection relative to the definition and the construction of the Political Economy of Communication. This analysis will be applied both to Information and Communication Sciences (ICS) and to Economic Science, and will provide elements to design a Scientific Research Program (SRP) with internal consistency that allows to study the activities related to culture and communication.

In a first part, will study how the Political Economy of Communication is positioned in the field of economics; in a second part, I will demonstrate how the Political Economy of Communication can contribute to the construction and consolidation of a SRP in the field of CIC.

Key-word

Epistemology- Political Economy- Culture, Information and Knowledge – Historicity

As Ciências da Informação e da Comunicação (CIC) são disciplinas ainda “jovens”: seu campo está se estruturando, e seus paradigmas em construção. Por essas razões, a reflexão epistemológica é de primeira importância: além de questionar as outras Ciências Sociais (principalmente a Sociologia e a Economia), ela deveria participar amplamente à construção de paradigmas que lhe são próprios.

No âmbito de tal perspectiva, a Economia Política da Comunicação (EPC) pode assumir um papel relevante, assim como no debate relativo à Epistemologia Econômica. Ela permite questionar os diferentes paradigmas utilizados tanto na Ciência Econômica, quanto nas CIC.

Histórica e epistemologicamente, a abordagem conhecida como Economia Política da Comunicação se relaciona diretamente com as seguintes áreas: Cultura, Informação, Conhecimento e Comunicação¹.

A respeito do primeiro ponto, é interessante observar que os primeiros trabalhos em termos de Economia da Cultura (Leroy 1980, Baumol and Bowen, 1967, Herscovici 1995, Bolaño, 2000) ressaltaram as especificidades econômicas desses setores. Hoje, uma série de mecanismos que eram próprios ao setor da Cultura está se propagando para o conjunto das atividades econômicas: o caráter aleatório da valorização econômica, as dificuldades, para não dizer a impossibilidade, de determinar teoricamente o valor dessas produções e de medi-las, a concorrência que atua fora dos preços, a produção importante de externalidades, etc. *A industrialização da Cultura foi progressivamente substituída pela “culturação” da Economia.*

1- Esta relação é apenas indicativa, e não exaustiva; seria possível incluir o conjunto das produções simbólicas, e o que se costuma chamar de “Economia criativa”.

É óbvio que este trabalho não pretende ser exaustivo: várias correntes, tanto na Economia quanto nas CIC, não serão analisadas. Meu objetivo é outro: ele consiste em fornecer elementos para construir um Programa de Pesquisa Científica (PPC) que tenha coerência interna e que seja adequado para estudar as atividades ligadas à Cultura e à Comunicação.

Em uma primeira parte, estudarei a maneira como a EPC se posiciona no campo da Economia; em uma segunda parte, mostrarei como a EPC pode contribuir para a construção e a consolidação de um PPC no campo das CIC.

I) A Economia Política da Comunicação: uma análise crítica.

O título desta primeira parte se refere ao livro do economista francês ², Robert Boyer que, nos anos 80, tentou definir a chamada Escola Francesa da Regulação. Em função da heterogeneidade das diferentes correntes desta escola, e da dificuldade para definir um paradigma próprio, Boyer resolveu avaliar o estado da arte desta corrente teórica. Minha proposta é parecida, pelo fato de tentar definir, a partir de uma reflexão epistemológica, a EPC.

2- Boyer, Robert, 1987

1) Um debate em termos de epistemologia econômica

No seio das Ciências Econômicas, a EPC se define a partir de vários tipos de incompatibilidades:

1.1 Em relação à chamada “Economia neoclássica”, a EPC se define fora de qualquer mecanismo de maximização micro ou macroeconômico, e de qualquer posição de equilíbrio que, “naturalmente”, o sistema deveria alcançar.

Por outro lado, é impossível definir a EPC a partir do referencial da concorrência pura e perfeita walrasiana (Herscovici, 2013 (a)). O sistema de preços não divulga a totalidade das informações relativas aos componentes qualitativos dos bens e dos serviços e, por definição, os bens não são homogêneos.

É igualmente impossível estudar as atividades ligadas à Cultura, à Informação e ao Conhecimento a partir do individualismo metodológico, e isto por várias razões:

(a) os “gostos” não podem ser concebidos como dados exógenos; eles são o produto de determinadas relações sociais, ou seja, da interdependência generalizada dos agentes e das diferentes modalidades de manifestação do princípio do “Habitus” (Bourdieu, 1997, Herscovici, 1995).

(b) Na era das redes sociais e do desenvolvimento das diferentes redes eletrônicas, as novas formas de valorização econômica estão intrinsecamente ligadas à criação de *utilidade social*, ou seja, à interdependência dos agentes. O funcionamento das redes de compartilhamento de arquivos digitais ilustra perfeitamente este mecanismo (Herscovici, 2013 (b)).

1.2 Em relação à Economia Clássica ligada ao valor trabalho é possível afirmar que os custos em trabalho não regulam os mercados dos bens simbólicos: a valorização desses bens é totalmente independente dos custos diretos e indiretos em trabalho. Ricardo já afirmava que sua teoria do valor trabalho não se aplicava aos bens cuja oferta não pode ser aumentada pela quantidade de trabalho aplicada na sua produção: objetos de arte, vinhos raros, etc. (1982, p. 43 e 44). Neste caso, o valor desses bens só pode ser explicado a partir de sua escassez.

Não existem preços reguladores a partir dos quais oscilam os preços de mercado: a partir do momento que não há como determinar, a partir de critérios objetivos, o valor intrínseco deste tipo de bens, os mercados são altamente especulativos. Esta dimensão especulativa é uma das características do capitalismo contemporâneo, e se aplica tanto no mercado das artes, quanto nos mercados financeiros ou naqueles ligados aos diferentes tipos de capital intangível.

(a) O paradoxo de Van Gogh (Herscovici 2008 (a)) indica que, nesta economia, não existem relações entre os custos de produção e as receitas.

(b) Esses bens não possuem um valor intrínseco, mas trata-se de um valor autoreferencial que, obrigatoriamente, flutua com o tempo (Orléan, 2011).

2) A EPC e o marxismo

Esta discussão parece fundamental para definir a EPC e o tipo de relações que ela tece com as diferentes formas de heterodoxias econômicas.

2.1 Uma primeira linha de pensamento, no seio da EPC, mantém uma ligação direta com a economia de Marx: o conceito de mercadoria continua sendo explicativo, assim como os conceitos decorrentes de exploração e de mais-valia.

Dallas Smythe (1977) já falava em mercadoria quando analisava o desenvolvimento dos mercados publicitários próprios ao sistema de televisão privada:

Para autores como Zallo (1988) e Bolaño (2000, p. 203 e seguintes), a categoria mercadoria permite estudar as produções simbólicas: à medida que esses bens se caracterizam por uma valorização particularmente aleatória, este caráter aleatório se manifesta na esfera da realização, e não na esfera da produção (Bolaño, 2000, p. 203 e 206). O conceito de mercadoria continua sendo explicativo, assim como aquele de mais-valia. Bourdieu (1977, p. 9) chega a uma conclusão semelhante quando ele afirma que “ (...) são as contribuições, inclusivas, as menos conhecidas que é preciso considerar para ver que a produção da obra de arte (...) não constitui uma exceção à lei da conservação da energia social.”

2.2 É possível contestar esta interpretação a partir do seguinte raciocínio: o valor de uso de um bem cultural é intrinsecamente ligado às especificidades do trabalho aplicado neste tipo de produção. Na linha da escola francesa do GRESEC de Grenoble, a valorização no mercado se implementa a partir do trabalho concreto, ou seja, específico, aplicado na produção, e não a partir do trabalho abstrato, por natureza, indiferenciado.

Em relação às categorias de Marx, *não houve transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato e, conseqüentemente, esses bens não apresentam as características de uma mercadoria*. Eles podem ser assimilados ao capital fictício: são negociados a partir de um preço determinado no mercado, mas este preço não mantém nenhuma relação com a quantidade de trabalho abstrato necessário para sua produção (Herscovici, 1995). Em função da *autonomia da forma preço em relação ao valor*, o preço deixa de expressar o valor: esses bens têm preços, mas não criam valor, sob a forma da produção de mercadoria. Em nível agregado, esses setores são improdutivos.

A partir deste tipo de análises, há duas teses presentes: aquela que interpreta o desenvolvimento da internet e dos “comuns” como uma superação do capitalismo (Negri e Lazaratto, 2001), e aquela que interpreta o desenvolvimento dessas diferentes formas de capital intangível como novas configurações históricas do capitalismo.

A primeira tese assimila a socialização crescente da produção de Informação à socialização de suas modalidades de apropriação. A partir de uma perspectiva diferente, a segunda tese implica em uma redefinição do próprio capitalismo: este se caracteriza pela ampliação social dos mecanismos de mercado, *mas esta ampliação se implementa fora a forma mercadoria*. Esta interpretação utiliza os trabalhos de Braudel (1985); neste caso, o capitalismo está ligado ao desenvolvimento dos mercados globalizados especulativos e não concor-

renciais (Idem), e não à extensão da lógica da mercadoria que caracteriza um capitalismo essencialmente industrial (Herscovici, 2008(b)). *À medida que a mercadoria não constitui mais a forma genérica do capital*, não é mais possível raciocinar em termos de exploração, nem de mais-valia.

Não obstante, é preciso ressaltar que, nesta segunda tese, não se trata de uma superação do capitalismo:

(a) à medida que a lógica de mercado se amplia para várias atividades sociais (por exemplo, a negociação dos direitos de poluição, a partir dos trabalhos de Coase (1960)), o sistema continua sendo governado por uma lógica capitalista.

(b) Se as formas de valorização se modificaram, as modalidades de inserção e de remuneração do trabalho também se modificaram; as modificações dos diferentes sistemas de Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) privados caracterizam uma economia rentista (Bolaño, Herscovici, 2005) na qual o salário não representa mais a única forma de remuneração do trabalho. Isto implica, obrigatoriamente, em novas formas de subsunção do trabalho imaterial.

(c) Finalmente, novas contradições surgem: enquanto a produção de conhecimento e de informação é um processo cada vez mais socializado, a ampliação e o desenvolvimento dos diferentes sistemas de DPI privados se relacionam com modalidades de apropriação sociais essencialmente privadas (Herscovici, 2012 (a)).

3) As outras análises possíveis

3.1 Não podemos deixar de citar os trabalhos pioneiros de Akerlof (1970), Grossman e Stiglitz (1976, 1980), que construíram uma *Nova Economia da Informação*. Essas abordagens estudam principalmente o papel e a função dos preços na economia, e ressaltam o fato que, contrariamente ao que afirma a teoria neoclássica padrão, este sistema de preços não transmite a totalidade das informações relativas aos componentes qualitativos dos bens e dos serviços (Herscovici, 2012 (b)). Por outro lado, elas permitem refutar os resultados teóricos do modelo neoclássico, e constituem um paradigma alternativo (Stiglitz, 2003). Chamarei esta abordagem de Economia da Informação, com maiúscula; para evitar as ambiguidades, chamarei de economia da informação, com minúscula, a análise econômica dos setores que produzem informação, principalmente aqueles ligados à Cultura, ao Conhecimento e à própria Informação.

A Economia da Informação se aplica ao conjunto dos mercados: mercados dos bens e serviços, mercados financeiros e mercado do trabalho. As especificidades econômicas das diferentes formas de capital intangível são tais que, obviamente, o sistema de preços constitui um sinal imperfeito no que diz respeito aos componentes qualitativos desses bens. É assim possível estudar a economia da informação a partir do instrumental teórico forneci-

do pela Economia da Informação.

3.2 Finalmente, é preciso mencionar as diferentes formas de economia institucionalistas, dos trabalhos pioneiros de Veblen e Commons aos trabalhos de Williamson e Ostrom.

Os dois primeiros autores enfatizam o papel crucial que as instituições cumprem nas modalidades concretas de funcionamento dos mercados e de acumulação do capital. A partir do conceito de especificidade dos ativos, Williamson ressalta os limites dos mecanismos de mercado e do sistema de propriedade privado que lhe é ligado (2000, 2002): Ostrom (2000) mostra, a respeito dos *commons*, porque, e em que condições, sistemas coletivos de propriedade intelectual podem ser mais eficientes que sistemas privados. Esta perspectiva permite esclarecer os termos do debate relativo à natureza do sistema de DPI a ser aplicado na internet, e às suas implicações sociais e econômicas.

II) EPC e Ciências da Comunicação: rumo à constituição de um paradigma específico

1) A epistemologia das CIC

1.1 O estado da arte

As Ciências da Comunicação surgiram nos anos 50, a partir da Engenharia e da Teoria da Informação, com os trabalhos de A. Moles, do determinismo tecnológico com a tese de Mac Luhan, ou da tradição marxista crítica, com a Escola de Frankfurt. Hoje, com os desenvolvimentos importantes e acelerados das diferentes Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), surgiram novas correntes: Pierre Lévy (2000), por exemplo, retoma as teses de Mac Luhan e afirma a primazia da Tecnologia em relação às variáveis sociais, políticas e econômicas. Certas análises de inspiração marxiana (Négri e Lazaratto, 2001), a partir de um instrumental teórico diferente, afirmam, igualmente, a primazia da Tecnologia.

As Ciências da Comunicação, assim como as Ciências da Informação, são disciplinas ainda “jovens”, comparadas com outras oriundas das Ciências Sociais, por exemplo a Ciência Econômica: a partir do século XVIII, é possível falar em autonomização desta Ciência, com o surgimento da escola fisiocrática e com a obra de Adam Smith; no século XIX, este movimento se firmou com os economistas clássicos e, no século XX, com a escola neoclássica.

As CIC são disciplinas ainda não totalmente estruturadas, de um ponto de vista metodológico. A estruturação de um campo científico se implementa a partir dos seguintes elementos:

(a) A construção e a definição do objeto de estudo.

(b) A definição de diferentes paradigmas (Kuhn, 1991) ou de diferentes Programas de Pesquisa Científica (PPC) (Lakatos, 1970); eles constituam o núcleo duro (*hardcore*) a partir

do qual as diferentes análises serão desenvolvidas e os diferentes modelos construídos.

(c) A definição de critérios que permitem avaliar o valor científico de cada paradigma, e efetuar assim uma reconstrução racional das evoluções deste campo científico.

À luz desses elementos, as CIC se definiram, principalmente, a partir do nível (a), ou seja, a partir da definição do objeto de estudo: a Comunicação Social. *Se a construção do objeto de estudo é uma condição necessária para fundar uma Ciência, ela não é uma condição suficiente*; é preciso construir paradigmas próprios e elaborar critérios de escolha entre os diferentes paradigmas ou PPC.

Talvez seja em função desta ausência de um ou de vários paradigmas próprios que as CIC sempre importaram paradigmas provenientes das outras Ciências Sociais: na Sociologia Política, os trabalhos de Habermas (1978) relativos à construção do conceito de espaço público, na Sociologia da Cultura, os trabalhos sociológicos e antropológicos de Bourdieu (1997), etc. Quanta mais “imatura” a Ciência, maior a propensão a importar paradigmas que provêm de disciplinas mais estruturadas.

A Economia não escapa desta regra: quando Walras (1926) escreveu seus *Elementos de Economia Pura*, seus objetivos consistiam em utilizar o método e os instrumentos que proviam da Matemática e da Física para aproximar a Economia das Ciências ditas exatas, ou seja, para que a Economia se tornasse uma Ciência Social mais “exata” que a Sociologia, a História ou a Antropologia.

Quando uma determinada disciplina científica torna-se madura, ela constrói seus próprios paradigmas e seus próprios PPC; neste caso, ela pode continuar importando instrumentos analíticos das outras disciplinas, mas ela integra esses nos seus próprios paradigmas. Por exemplo, a Matemática, na Ciência Econômica, pode ser considerada como uma simples ferramenta, uma Ciência instrumental.

Finalmente, a discussão relativa aos critérios de cientificidade e de escolha racional de um PPC é bastante complexa, e ela permanece, ainda hoje, “aberta”.

As CIC ainda não alcançaram este segundo nível; mostrarei, neste artigo, em que medida a EPC constitui um dos elementos essenciais para alcançar este nível e para consolidar assim o campo das CIC. A problemática geral levantada neste trabalho é a seguinte: *qual pode ser o papel da Economia Política da Comunicação, neste processo de “consolidação epistemológica” das CIC? Qual seria o papel da EPC na renovação da Ciência Econômica? Tais são, a meu ver, as questões pertinentes, hoje.*

1.2 Os diferentes tipos de determinismo e seus limites.

O estudo das produções ligadas à Cultura e, de uma maneira mais geral, às produções simbólicas, sempre foi objeto de vários tipos de reducionismo.

- Uma análise puramente estética parte da hipótese da autonomia do campo de produção:

ela se refere unicamente às leis internas do campo e ignora assim qualquer determinismo externo.

- A análise sociológica abre a perspectiva: ela ressalta o fato que determinismos externos existem. Os bens simbólicos não são o simples produto da lógica interna do campo, e os determinismos externos são mediatizados pelas estruturas específicas do campo social analisado (Bourdieu, 1997).

No entanto, esta problemática estuda principalmente a dimensão ideológica e política contida nessas produções. Neste sentido, certos autores (Herscovici, 1995) ressaltaram os limites explicativos das análises oriundas da Escola de Frankfurt, pelo fato dessas limitarem-se à dimensão puramente sociológica.

- Da mesma maneira, existe um determinismo tecnológico: a tecnologia se desenvolveria a partir de uma lógica própria, e conseguiria impor sua lógica em relação aos componentes sociais, econômicos e políticos. Autores como Mac Luhan, Pierre Lévy e Negri e Lazaratto afirmam a primazia das estruturas tecnológicas em relação aos outros componentes sociais. A evolução tecnológica autônoma determina as estruturas sociais e econômicas: para Lévy, a internet consegue implementar uma democracia digital a partir da criação de uma inteligência coletiva: para Negri e Lazaratto, o desenvolvimento dos comuns tem que ser interpretado como uma superação do capitalismo.

Todos os trabalhos de antropologia ressaltam uma causalidade diferente: a passagem da oralidade para a escrita só foi possível a partir de uma estruturação prévia em classes sociais (Lévi-Straus, 1987). Por outro lado, as diferentes formas de economia solidária não representam uma abolição da lógica mercantil: ao contrário, essas lógicas se relacionam com as novas formas de concorrência que atuam na era digital (Herscovici, 2013 (b)).

- Finalmente, é possível falar em determinismo econômico: a análise econômica consiste, segundo a definição clássica de Robin, em realizar uma alocação eficiente dos recursos escassos. Esta concepção da Economia é altamente redutora: a escassez não representa uma característica natural dos bens. Ele possui uma dimensão social e histórica. Por exemplo, o desenvolvimento da digitalização dos arquivos ligados ao som, ao texto e à imagem, criou uma abundância: o sistema de DPI tem por objetivo recriar uma escassez relativa. Se, na teoria econômica, os DP se explicam a partir da escassez ³, hoje, a relação de causalidade é invertida: *é o sistema de DPI privado que tenta reconstruir a escassez social.*

De uma maneira mais geral, é possível, hoje, redefinir o próprio objeto da Ciência Econômica: em função do progresso contínuo da produtividade do trabalho social e da abundância que resulta do progresso técnico, o objeto desta Ciência não se limita às condições de produção: ele se relaciona com as modalidades de governança escolhidas, ou seja, com as modalidades de apropriação das riquezas produzidas. O debate atual sobre o regime de DP aplicável na internet ressalta esta dimensão.

3- Por exemplo, Adam Smith e David Ricardo reconhecem que a propriedade privada da terra aparece quando a terra se torna escassa.

4- No que diz respeito a uma análise mais aprofundada, ver Herscovici (1995).

5- É interessante notar que, na época de Luiz XIV, na França, as academias reais de música e de teatro tinham um poder de monopólio sobre a difusão pública das diferentes obras (Leroy, 1980)

2) As principais evoluções históricas: as modificações da natureza do objeto de estudo.

As principais evoluções históricas relativas à Cultura, Informação e Conhecimento, podem ser resumidas da seguinte maneira ⁴:

A **época pré-capitalista** se caracteriza pela primazia do valor de uso (Braudel, 1988). As atividades simbólicas não cumprem nenhum papel econômico direto nas atividades de reprodução material. Suas funções são puramente ideológicas, no sentido gramsciano. É por esta razão que essas atividades sempre foram controladas pelas diferentes formas de poder político: a Igreja, na idade média, a nobreza, e poder real ⁵ e o poder político do Estado moderno.

A **economia da representação e a economia da repetição** constituem as primeiras fases da mercantilização dessas atividades. Na primeira, o setor das artes cênicas se estrutura a partir de uma lógica mercantil e, na segunda, as inovações tecnológicas se traduzem pela industrialização deste setor: uma matriz original é reproduzida industrialmente, sem precisar da intervenção do trabalho artístico/intelectual. Não obstante, o peso econômico direto dessas atividades é relativamente pouco importante no produto nacional, e esses setores são regulados a partir de lógicas econômicas específicas, distintas de uma lógica puramente industrial. Mesmo reproduzidos industrialmente, esses bens continuam se valorizando a partir das especificidades do trabalho aplicado na produção da matriz original.

Na **economia da diferenciação** (Herscovici, 1995), a Cultura e a Informação cumprem uma função direta ligada à lógica global de acumulação do capital. Nesta fase oligopolista e globalizada, bens materiais, serviços e espaços geográficos precisam se diferenciar para poder se valorizar: as firmas desenvolvem imagens institucionais, pelo fato de associarem-se a determinadas produções culturais. Da mesma maneira, os espaços geográficos precisam se diferenciar, para integrarem os espaços globalizados dinâmicos e para atrair o capital, por natureza, transnacional; eles vão construir imagens midiáticas específicas e, para isto, eles vão se associar amplamente, via financiamentos, às diferentes produções culturais.

Nesta fase, os financiamentos privados da Cultura e da Informação permitem implementar esta dupla diferenciação; nesta fase, *a Cultura e a Informação assumem um papel cada vez mais importante na lógica global de acumulação.*

A **Economia do Google** corresponde à ampliação deste movimento: as novas formas de valorização econômica estão diretamente ligadas à criação de utilidade social, no seio das diferentes redes sociais. O valor de uma rede social depende da quantidade de usuários: quanto maior esta quantidade, maior o valor que a firma que controla a rede poderá negociar para vender seus espaços publicitários (o que hoje é chamado de *double sided markets*).

3) Uma interdisciplinaridade necessária, mas que tipo de interdisciplinaridade?

A partir dessas evoluções, é possível tirar as seguintes conclusões: enquanto a lógica mercantil não penetrou neste setor, as funções sociais eram diretamente ligadas a funções ideológicas. Neste sentido, a análise dessas atividades fazia parte da superestrutura da sociedade e eram estudadas a partir de uma abordagem puramente sociológica. À medida que as atividades ligadas à Cultura e à Informação participam cada vez mais diretamente da acumulação capitalista, sua dimensão econômica é cada vez mais importante: pelo próprio peso econômico desses setores, e pelo papel que essas atividades assumem na regulação macroeconômica do sistema. *A Cultura e a Informação se tornaram elementos da infraestrutura*. Como tais, eles vão ser objetos de uma dupla análise econômica: aquela que se relaciona com a economia do setor, e aquela que estuda as relações entre este setor e o conjunto das outras atividades econômicas.

A análise não pode se limitar a uma dimensão específica, seja ela estética, sociológica ou econômica; tal análise será obrigatoriamente limitada. No âmbito de uma abordagem interdisciplinar, essas diferentes dimensões precisam ser estudadas nas suas especificidades e nas suas relações de interdependência.

Para evitar de cair na armadilha do reducionismo, a EPC tem que ser, intrinsecamente, interdisciplinar. Mas a interdisciplinaridade é uma prática difícil: acredito que não seja possível dar conta de todas as dimensões de determinados fatos sociais. O estudo científico nunca esgota todas as possibilidades embutidas no real; conforme preconizava Marx, é preciso passar do abstrato ao concreto pensado (1972). Certos autores fracassaram ao tentar estudar todas as dimensões dos fatos culturais, informacionais e comunicacionais (Castells, 1998).

Uma proposta viável para a EPC deveria permitir evitar esta dispersão e, ao mesmo tempo, o fechamento excessivo:

i) A dispersão implica em tentar relacionar e estudar as dimensões múltiplas ligadas à Cultura e à Informação. Toda construção teórica, todo modelo, seja ele formal ou não, constitui, obrigatoriamente, uma simplificação da realidade estudada. É impossível realizar um mapa geográfico com escala 1. A dispersão pode ser evitada a partir da construção de uma problemática clara e, por natureza, limitada. A análise será realizada a partir desta problemática.

ii) O fechamento também deve ser evitado: por exemplo, a economia neoclássica padrão considera que os gostos individuais são constantes e exógenos: propositalmente, a análise econômica ignora os diferentes determinismos sociais quando se trata de estudar as modalidades de consumo ligados à Cultura e à Informação.

Tal fechamento é excessivo, à medida que ele ignora mecanismos fundamentais desta economia e não permite elaborar políticas públicas eficientes e coerentes. À medida que, nesta economia, a apropriação simbólica é uma condição necessária prévia a todas as formas de apropriação econômica, ignorar as modalidades desta apropriação significa ignorar um determinante desta economia.

6- A maior parte das políticas de democratização cultural encontrou este obstáculo.

Várias políticas públicas fracassaram pelo fato de seus promotores acreditarem que a diminuição dos preços dos bens culturais se traduziria obrigatoriamente por um aumento da participação das classes mais populares. Essas políticas só podiam fracassar pelo fato delas não tratarem, igualmente, das modalidades de apropriação simbólicas prévias necessárias à apropriação econômica⁶.

7- Em função deste princípio sociológico de denegação das práticas econômicas usuais, contrariamente ao que acontece na produção industrial, o artista não vai aumentar sua produção quando os preços de mercado aumentam.

Um outro exemplo é fornecido pelo que Bourdieu (1997) chama a denegação das práticas culturais usuais, por parte dos artistas e dos outros produtores culturais. De um ponto de visto sociológico, o artista tem que praticar esta denegação, para que seu gesto artístico seja “sacralizado”; é a condição necessária e suficiente à acumulação simbólica que permite uma acumulação econômica posterior. Esta especificidade mostra nitidamente que as curvas de oferta são atípicas: quando a demanda aumenta, ou seja, quando o artista consegue acumular um capital simbólico, o aumento dos preços é maximizado: como a oferta permanece constante⁷, o ajustamento se realiza unicamente a partir do aumento dos preços. A análise sociológica explica esta escassez, a qual se traduz por uma economia rentista e altamente especulativa.

O fechamento da economia neoclássica é excessivo pelo fato de rejeitar fora de seu campo de investigação variáveis fundamentais que permitem definir as especificidades desta economia.

Assim, uma proposta viável para a EPICC pode consistir em incluir, em uma problemática econômica, elementos que provêm de outras disciplinas e, mais especificamente, de outras Ciências Sociais.

Tal escolha se justifica a partir das seguintes razões:

- (a)** ela permite evitar o fechamento ou a abertura excessiva.
- (b)** Ela permite construir um paradigma (ou PPC) próprio, a partir dessas modalidades de integração das diferentes dimensões sociais da Comunicação e assim autonomizar o campo das CIC.
- (c)** Este paradigma corresponde às evoluções do objeto de estudo, à medida que as atividades que relevam da Cultura, da Informação e da Comunicação estão cada vez mais ligadas a uma lógica econômica.

Conclusão

Podemos constatar assim que a contribuição da EPC é fundamental no que concerne à construção, à consolidação e à autonomização do campo das CIC. Além de fornecer um paradigma coerente, ela corresponde às evoluções relativas à natureza do objeto de estudo.

A EPC evita a dispersão que caracteriza vários trabalhos em CIC, e o fechamento próprio à Economia dominante (o que poderíamos chamar de “economicismo”).

Finalmente, a EPC permite construir modelos de interpretação coerentes que tenham condições de explicar a realidade da Cultura e da Informação, e que correspondam às evoluções históricas de longo prazo.

Referências

Baumol W. and Bowen W., 1967, **Performing Arts The Economic dilemma**, MIT press

Bolanõ, César, 2000, **Indústria cultural e capitalismo**, Hucitec, São Paulo.

Boyer, Robert, 1987, **La Théorie de la régulation: une analyse critique**, La Découverte, Paris.

Bourdieu, Pierre (1977), La production de la croyance. Contribution à l'économie des biens symboliques, in **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 13, Editions de Minuit, Paris.

Braudel, Fernand (1979) **Civilisation matérielle, économie et capitalisme XVe-XVIIIème siècle. 2. Les jeux de l'échange**, Armand Colin, Paris.

----- (1985), **La dynamique du capitalisme**. Paris: Champs Flammarion.

Castells, Manuel, 1998, **La société en réseaux**, Fayard, Paris.

Coase, Ronald H., 1960, The Problem of Social Cost, **Journal of Laws and Economics**.

Grossman S.J. and Stiglitz J.E, 1976,, "Information and Competitive Price system", **The American Economic Review**, May 76, Vol.66 n.2.

-----, 1980, On the Impossibility of Informationally Efficient Markets, *The American Economic Review*, Vol. 70, No. 3, (Jun. 1980), 393-408.

Habermas J., 1978, **L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise**, Editions Payot, Paris.

Herscovici Alain, 1995, **Economia da Cultura e d Comunicação**, EDUFES, Vitória.

-----, 2008 (a), Direitos de Propriedade intelectual, novas formas concorrenciais e externalidades de redes. **Uma análise a partir da contribuição de Williamson**, Working Papers, IE/UFRJ.

-----, 2008 (b), Production immatérielle, travail et valeur. Éléments pour une analyse de l'économie de la connaissance. In: Éric George;Fabien Granjon. (Org.). **Criti-**

ques de la société de l'information. 1ed.Paris: L'Harmattan, v. 1, p. 85-124.

-----, 2012 (a), Informação, Conhecimento e Direitos de Propriedade Intelectual: os limites dos mecanismos de mercado e das modalidades de negociação privada. A contribuição de Williamson à análise dos Direitos de Propriedade Intelectual. **Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impresso), v. 21, p. 54-72.

-----, 2012 (b), Opacidade dos preços, assimetrias de informação e especulação: uma análise a partir da Economia da Informação de Stiglitz.. In: V Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 2012, São Paulo. **Anais do V Encontro da AKB.**

-----, 2013 (a), A Economia Neoclássica: rumo a uma definição epistemológica, **VI Encontro da Associação Keynesiana Brasileira**, Vitória.

-----, 2013 (b), Economia de redes, externalidades e estruturas de mercado: o conceito de concorrência qualitativa.. **Revista Brasileira de Inovação**, v. Vol12, p. 87-125.

Kuhn, Thomas S., 1991, **A estrutura das revoluções científicas**, Editora perspectiva, São Paulo.

Lakatos, Imre, 1970, History of Science and Its Rational Reconstructions, **Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association**, Vol. 1970, pp. 91-136.

Levi-Strauss, 1987, Claude, **Race et Histoire**, Editions Denoël, Paris.

Leroy Dominique, 1980, **Économie des arts du spectacle vivant**, Economica, Paris.

Lévy, Pierre, 2000, «A Revolução contemporânea em matéria de comunicação», **Para navegar no Século XXI**, F.M.Martins, J.M. da Silva, organizadores, EDIPUCRS, Porto Alegre.

Mc Luhan, Marshall , 1968, **Pour comprendre les média**, Seuil, Paris.

Marx, Karl, 1972, **Contribution à la critique de l'économie politique**, Editions Sociales, Paris.

Negri A., Lazzarato M., 2001, **Trabalho imaterial**, DP&A Editora, Rio de Janeiro

Orléan André, 2011. **L'empire de la valeur. Refonder l'Économie**, Paris, Éditions du Seuil.

Ostrom Elinor, 2000, **Private and Common Property Rights**, Workshop in Political Theory and Policy Analysis, Population and Environmental Change, Indiana University.

Ricardo, David, 1982, **Princípios de Economia Política e Tributação**, Abril Cultural, São Paulo, 1982.

Smythe, D.W., 1977, . "Communications: Blindspot of Western Marxism". **Canadian Journal of Political and Society Theory** 1 (3): 1–28.

Stiglitz, J., 2003, Information and the Change in the Paradigm in Economics, Part 1, **American Economist**; Fall 2003, p.6-26.

Walras L, 1926, **Elements d'Economie Politique Pure, ou théorie de la richesse sociale**, Pichon, Duran Auzian éditeurs, Paris.

Williamson, Oliver, The New Institutionnal Economics: Taking Stock, Looking Ahead, **Journal of Economic Literature**, Vol. XXXVIII (September 2000).

-----, 2002, The Theory of the Firm as Governance Structure: Form Choice to Contract, **Journal of Economic Perspectives** – Volume 16, Number 3 - Summer 2002